

Brasília, 25 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Importância do acordo Mercosul-UE vai além de questões comerciais 3

Terça-feira, 24 de fevereiro de 2026 | Propriedade Industrial

STF reconhece perda de efeito de regra sobre patente estrangeira de remédio 5

Exame.com

Terça-feira, 24 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Brasil avança no acordo Mercosul-UE e texto pode ir hoje ao plenário da Câmara 7

O Globo Online

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patente da polilaminina vale até 2042, inclusive internacionalmente; entenda 8

Sebrae Notícias

Terça-feira, 24 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Cafés da Região da Chapada de Minas conquistam Indicação Geográfica 10

Importância do acordo Mercosul-UE vai além de questões comerciais



Tratado prevê mecanismos de transparência, diálogo, cooperação e fortalecimento do multilateralismo

O ano legislativo iniciou-se e, para o Congresso Nacional, a prioridade é a aprovação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. O texto foi assinado em janeiro, após mais de duas décadas de negociações.

Para ser válido e eficaz no Brasil, o tratado deve ser aprovado pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal e, posteriormente, ratificado pelo Poder Executivo. Para conferir celeridade ao trâmite legislativo, o Senado criou um grupo de trabalho que analisará o documento. Estima-se que a aprovação do tratado ocorra até a primeira quinzena de março.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Sem dúvida a promulgação desse acordo comercial será uma grande evolução para o Mercosul, por reunir dois importantes blocos econômicos que, juntos, reúnem aproximadamente 718 milhões de pessoas e um PIB combinado de US\$ 22,4 trilhões. Para o Brasil, cujo comércio bilateral com a UE alcançou cerca de US\$ 100 bilhões em 2025, o tratado representa mais do que números: é uma mudança estrutural na inserção internacional do país.

Além da relevância para o comércio internacional, o tratado renova o compromisso com o multilateralismo - desgastado após a crise da Covid-19, o esvaziamento da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as incertezas em relação ao Pilar 2 da OCDE[1] -, para defesa da democracia e dos direitos humanos (Capítulo 5), cooperação em matéria de justiça, liberdade e segurança (Capítulo 6), desenvolvimento sustentável (Capítulo 7) e outros. Esses aspectos são essenciais no atual cenário global, diante das crescentes políticas protecionistas e ameaças à soberania internacionais perpetradas pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

Para o comércio internacional, teremos a eliminação gradual de tarifas de importação sobre 95% dos produtos brasileiros, que representam 92% das importações europeias, com prazos de 4 a 12 anos. As principais alterações envolvem produtos agrícolas, com cotas para importação de carnes bovina (99 mil toneladas), de aves (180 mil toneladas) e suína (25 mil toneladas), com tarifas intracotas reduzidas ou zeradas.

Outros produtos também terão benefícios semelhantes de isenção e redução de tarifas: açúcar (180 mil toneladas), etanol (450 mil toneladas), arroz (60 mil toneladas), mel (45 mil toneladas), milho e sorgo (1 milhão de toneladas), queijos (30 mil toneladas). Frutas como abacates, limões, limas, melões, melancias, uvas de mesa e maçãs não estarão sujeitas a cotas e terão suas tarifas eliminadas. O tratado também prevê diálogo em áreas relevantes como biotecnologia agrícola, resistência antimicrobiana, segurança alimentar, saúde animal e sanidade vegetal.

Para o setor automotivo, há reduções especiais para veículos eletrificados, movidos a hidrogênio e novas tecnologias, com períodos de desgravação de 18, 25 e 30 anos, respectivamente. Esse prazo alongado visa proteger a indústria nacional enquanto estimula investimentos em modernização.

Também haverá simplificação das exportações, pela cooperação aduaneira, pelo uso sistemas eletrônicos, mutuo reconhecimento de operadores au-

torizados, auto certificação de origem e com o mecanismo de "pre-listing", para reconhecimento prévio do sistema de inspeção sanitária do Brasil e adequação aos padrões de segurança alimentar da União Europeia.

O tratado prevê cooperação técnica para pesquisa e inovação, economia digital, defesa do consumidor, transportes, turismo, garante acesso preferencial de empresas do Mercosul em licitações públicas internacionais (compras governamentais), prevê ações para privilegiar pequenas e médias empresas.

Há previsão de medidas de salvaguarda, direitos antidumping e medidas compensatórias no moldes delineados no GATT e de acordo com o padrão da OMC, e mecanismos de resolução de controvérsias (consulta, mediação, arbitragem, no Capítulo 29)

As cláusulas do tratamento nacional (artigos 10.2) e de não discriminação em relação às contratações de fornecimentos de bens e serviços (artigo 20.6).

Quanto à **propriedade intelectual** o tratado prevê o reconhecimento de indicações geográficas brasileiras, como "Cachaça" e "Canastra" e preserva as normas de patentes acordadas na OMC.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

O governo brasileiro estima que a aprovação do tratado tenha efeito positivo de 0,34% sobre o PIB, o que representa R\$ 37 bilhões, aumento de 0,76% nos investimentos (R\$ 13,6 bilhões), crescimento das importações de 2,46% (R\$ 42,1 bilhões) e das exportações de 2,65% (R\$ 52,1 bilhões). Causaria aumento real de 0,42% dos salários e redução de

0,56% dos preços aos consumidores[2]. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é ainda mais otimista e prevê crescimento de 0,46% do PIB brasileiro e aumento de 1,49% dos investimentos[3].

O acordo Mercosul-UE representa um grande avanço para o Brasil em termos de política internacional: uma oportunidade de incentivar o comércio com um parceiro comercial estratégico e dar segurança jurídica aos importadores e exportadores. Mas sua importância vai além das questões comerciais e econômicas, pois o tratado prevê mecanismos de transparência, diálogo, cooperação e fortalecimento do multilateralismo.

[1] Veja: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/tarifaco-de-trump-estado-da-arte-e-violacao-a-o-gatt>; <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/brasil-vs-trump-na-omc-o-que-esperar>.

[2] Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-de-negociacoes-externas/factsheet-acordo-de-parceria-mercosul-uniao-europeia>. Consultado em 05.02.2026.

[3] Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14875-acordo-de-livre-comercio-entre-mercosul-e-uniao-europeia-traria-beneficios-economicos-para-o-brasil>. Consultado em 05.02.2026.

STF reconhece perda de efeito de regra sobre patente estrangeira de remédio



O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos nesta terça-feira (24/2) para reconhecer que a regra que garantia o registro de patentes estrangeiras de remédios e produtos químico-farmacêuticos no Brasil já perdeu seus efeitos.

O caso, julgado na ADI 4234, trata das chamadas "patentes pipeline", ou patentes de importação ou de revalidação. É um mecanismo para assegurar a proteção no país de produtos já patenteados no exterior.

A maioria dos ministros seguiu o voto da relatora, Cármen Lúcia. Para a magistrada, o prazo máximo concedido pela Lei de **Propriedade Industrial** (9.279/1996) para mercadorias do tipo venceu em 2017. Assim, a ação da Procuradoria-Geral da República contra a proteção a essas patentes estrangeiras está prejudicada.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

Seguiram o entendimento os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli e André Mendonça.

A ação foi ajuizada na Corte em 2009 e ficou pendente de julgamento por quase 17 anos, até ser levada a análise em sessão virtual do plenário, em 13 de fevereiro.

A discussão é sobre uma proteção a patentes estrangeiras de determinados produtos adotada pela legislação brasileira em 1996. Até então, o Brasil proibia

a concessão de patente a produtos inseridos nas atividades alimentícia, químico-farmacêutica e de produção de medicamentos.

As empresas podiam patentear suas invenções em diversos países, mas, no Brasil, esses bens eram tidos como de domínio público. O objetivo era proteger o desenvolvimento da indústria nacional, diante do maior poderio industrial estrangeiro.

A Lei de **Propriedade Industrial**, de 1996, acabou com essa blindagem e buscou uma espécie de conciliação de interesses: por um prazo de 1 ano após a entrada em vigor da lei, seria possível requisitar o registro e a proteção no Brasil de patentes ainda válidas no país de origem do produto.

A proteção garantida no Brasil valeria até o fim do prazo de proteção remanescente no país de origem. Tal proteção, no entanto, estaria limitada a 20 anos, que é o prazo máximo concedido pela Lei de **Propriedade Industrial** brasileira.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Assim, dado que o pedido de validação da patente estrangeira poderia ser feito no Brasil até 1997 (um ano da entrada em vigor da lei) e que o máximo de proteção possível seria 20 anos, os efeitos puderam ser usufruídos até 2017.

Conforme a ministra Cármen Lúcia, "considerando-se a eficácia transitória das normas impugnadas, tem-se que a presente ação direta de inconstitucionalidade está prejudicada".

A magistrada citou que ainda podem restar "pendências" relativas a controvérsias sobre os "efeitos concretos jurídico-financeiros de processos de concessão de patentes pipeline", mas que as demandas particulares sobre esse tema não entrariam na competência de análise por meio de ação julgada.

"Considerando, portanto, os prazos de vigência das normas questionadas e o esgotamento da eficácia pelo decurso do tempo, revela-se inviável o exame da compatibilidade da norma com a Constituição da

Continuação: STF reconhece perda de efeito de regra sobre patente estrangeira de remédio

República em controle abstrato de constitucionalidade", afirmou.

Brasil avança no acordo Mercosul-UE e texto pode ir hoje ao plenário da Câmara



Representação brasileira no Parlasul aprovou parecer por unanimidade

Representação brasileira no Parlasul aprovou parecer por unanimidade

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou nesta terça-feira, por unanimidade, o parecer favorável ao Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

A decisão mantém o rito de tramitação do tratado no Brasil e seguiu o relatório do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

O acordo poderá ser apreciado ainda hoje pelo plenário da Câmara dos Deputados e, depois, seguirá para o Senado Federal. O texto também depende de aprovação do Parlamento Europeu.

Segundo Chinaglia, o tratado abre oportunidades em um cenário global de aumento do protecionismo. Ele afirmou que o acordo pode ampliar a participação do Brasil em cadeias produtivas e que, apesar das incertezas sobre os efeitos de longo prazo, o país aposta no avanço da integração comercial.

O que prevê o acordo entre Mercosul e União Europeia

Assinado em 17 de janeiro de 2026, em Assunção, após mais de duas décadas de negociações, o acordo entre Mercosul - formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - e a União Europeia busca consolidar uma área de livre comércio entre os dois blocos.

O texto prevê redução gradual de tarifas de importação sobre bens industriais e agropecuários, além de regras para investimentos, serviços, compras públicas, **propriedade intelectual** e mecanismos de solução de controvérsias.

No Parlamento Europeu, a tramitação do acordo segue sem cronograma definido. O texto será submetido a análise do Tribunal de Justiça da União Europeia, que vai avaliar a base legal e o procedimento de aprovação.

Além disso, o tratado enfrenta resistência de alguns Estados-membros. A França lidera o movimento contrário, pressionada por produtores rurais e por preocupações ambientais, e defende a inclusão de salvaguardas adicionais. Outros países também manifestaram reservas.

O acordo foi estruturado para permitir aplicação em etapas. A parte estritamente comercial pode entrar em vigor de forma provisória por decisão das instituições europeias, sem ratificação imediata por todos os países do bloco. Já a parte política e institucional é classificada como mista e depende da aprovação dos Parlamentos nacionais de cada país da União Europeia, o que tende a prolongar o processo.

*Com informações do O Globo

Patente da polilaminina vale até 2042, inclusive internacionalmente; entenda



Laboratório registrou licença que protege os processos de fabricação da substância em 2022, no país, e em 2023, internacionalmente

A patente da polilaminina, medicamento experimental desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em testes para tratar lesão medular, vale até dezembro de 2042 no Brasil. O laboratório Cristália, que estabeleceu uma parceria com a UFRJ para produzir e comercializar o remédio, registrou a licença que protege os processos de fabricação da substância em 2022 no país. Além disso, fez o pedido de registro internacional em 2023, cuja validade dura até 2043.

Novos medicamentos são protegidos por patente por um período máximo de 20 anos do pedido de registro. O prazo garante à farmacêutica que arcou com os custos de desenvolvimento o direito de comercializá-lo de forma exclusiva pelo período. Depois, outros fabricantes podem produzir versões similares ou genéricas.

A polilaminina é uma substância feita à base de uma proteína isolada de placentas chamada laminina e que, em testes preliminares, demonstrou potencial de regeneração dos axônios, estruturas dos neurônios que são danificadas quando ocorre uma lesão na medula espinhal. A molécula começou a ser desenvolvida há 27 anos pela equipe de Tatiana Sampaio, chefe do Laboratório de Biologia da Matriz Extracelular do Instituto de Ciências Biomédicas

UFRJ.

Ainda em 2007, a pesquisadora deu entrada com um primeiro pedido de **registro de patente** no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)** destinado ao uso de uma primeira versão da polilaminina, ainda inicial, para lesão medular. Essa licença chega ao fim no ano que vem.

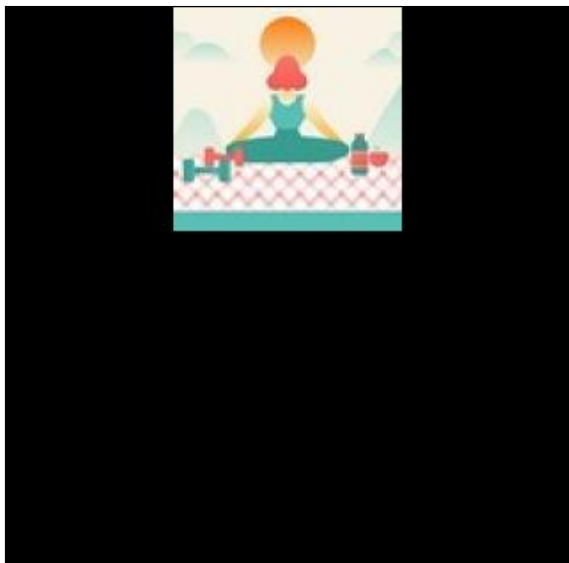
Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Tatiana chegou a contar que, em 2016, a universidade informou a pesquisadora que não tinha recursos para arcar com a anuidade da patente, quando ela própria pagou o valor de cerca de 500 reais para manter a licença válida.

No entanto, essa patente é de uma versão preliminar da substância, ainda decorrente da pesquisa básica feita em laboratório - e longe do medicamento em testes hoje. Por isso, após firmar o acordo com a UFRJ, em 2021, o laboratório Cristália deu entrada, no ano seguinte, com um novo pedido de **registro de patente** no **Inpi**.

Dessa vez, a solicitação englobou o processo de extração, purificação e polimerização do produto final, que é o que está atualmente na primeira etapa dos estudos clínicos e, futuramente, poderá ser comercializado como medicamento. Esse mesmo pedido foi feito também internacionalmente, em 2023, em países como China, Índia, Estados Unidos e outros da América Latina e da comunidade europeia.

- A primeira **patente** é referente à molécula em si. A segunda, que fizemos, é referente ao processo de produção desde a placenta até a obtenção do medicamento. Então ela protege a produção do medicamento que está sendo testado. Ninguém vai poder produzir ele enquanto ela estiver vigente. A Cristália desenvolveu todo o processo de produção e criou a **propriedade intelectual** em cima dela. Dessa forma, a polilaminina como medicamento está protegida - diz Rogério Almeida, vice-presidente de P&D; do Cristália.

Continuação: Patente da polilaminina vale até 2042, inclusive internacionalmente; entenda



Bem de Saúde Bem de Saúde

Internacionalmente, a UFRJ também já havia feito um pedido de patente da polilaminina nos Estados Unidos e na Europa, mas que deixou de ser pago em 2014 após uma avaliação da universidade de que não valia mais a pena continuar a arcar com os custos, segundo explicou Tatiana durante a entrevista ao Roda Viva:

- Houve uma avaliação técnica de que essas patentes não seriam concedidas no futuro, e que era um custo alto que não valeria a pena pagar. Foi uma decisão que me foi comunicada. Eu não concordava, mas não era uma decisão minha.

Ainda assim, o medicamento segue protegido graças à **patente** atual dos processos de fabricação, solicitada pelo Cristália. Thalita Duque, coordenadora do Instituto Brasileiro de Estudos sobre Concorrência e **Propriedade Intelectual** (IBConPI),

explica que é comum as universidades não conseguirem manter muitas **patentes** internacionais pois são moléculas ainda em pesquisa básica, sem perspectiva de se transformar em medicamento no médio prazo:

- É muito comum que elas depositem a patente e mantenham apenas até um certo ponto, porque não têm condições de fazer um manejo desse cenário global. Por custos, mas também por logística, porque a universidade vive de pesquisa básica, e esse esquema de patentes é algo de quem já está visando o mercado.

A especialista conta ainda que é um processo normal a universidade desenvolver a pesquisa inicial, mas a transição daquela substância para um medicamento que poderá ser testado e comercializado ser fruto de uma parceria com a indústria farmacêutica. Nesse momento, os laboratórios buscam patentear os processos de fabricação daquele composto para protegê-lo contra a produção de cópias pelos concorrentes, como fez o Cristália.

- Você tem a pesquisa inicial que gera uma patente mais ampla e, conforme vão fazendo o desenvolvimento desse produto, que envolve processos de fabricação, composições, cada um pode gerar novas patentes. Então o que vemos hoje é que, quando um medicamento chega no mercado, ele tem várias patentes que o envolvem. São proteções complementares que têm o papel de dar exclusividade ao produto que eventualmente pode ir ao mercado - diz Thalita.

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Bem de Saúde

Novidades para você ficar bem de corpo e alma. Às quintas.

Cafés da Região da Chapada de Minas conquistam Indicação Geográfica



Reconhecimento junto ao **INPI** é resultado do trabalho desenvolvido pelos 5,8 mil cafeicultores da região com o apoio do Sebrae Minas

Por Roger Dias e Samuel Martins

Composta por 22 municípios mineiros no Vale do Jequitinhonha, a Chapada de Minas celebrou nesta terça-feira (24/2) a conquista da Indicação Geográfica, na modalidade Indicação de Procedência. O pedido de registro foi deferido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, órgão federal responsável pelo registro de marcas, patentes e desenhos industriais e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A conquista foi fruto da atuação conjunta do Instituto do Café da Chapada de Minas (ICCM) e do Sebrae Minas.

O número de Indicações Geográficas nacionais aumenta para 156, sendo 124 do tipo Indicações de Procedência (IP) e 32 Denominações de Origem (DO). Em Minas Gerais, a Chapada de Minas foi a sétima região de café a obter o reconhecimento - as outras são Cerrado Mineiro, Mantiqueira de Minas e a Canastra, todas DO's; além das Matas de Minas, Sudoeste de Minas e Campos das Vertentes, que são IP's.

O reconhecimento reforça o papel das IGs como instrumentos de valorização territorial, proteção do saber-fazer e estímulo ao desenvolvimento econômico regional, especialmente para pequenos produtores. Com a nova IG, crescem as possibilidades de nivelamento da qualidade dos produtos, a visibilidade da região e a expansão para novos mercados.

"Além do impacto econômico, os cafés da Chapada de Minas ajudam a consolidar a identidade regional, desenvolvimento da produção e do comércio, reconhecimento de mercado e competitividade para os diversos produtores no cenário nacional e internacional. A conquista da Indicação Geográfica representa um reconhecimento justo ao trabalho e ao empenho diário dos produtores, que se dedicam continuamente a elevar os padrões de qualidade do café da região", destaca o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

A presidente do Instituto do Café da Chapada de Minas (ICCM), Carmem Lídia Junqueira, comemora a inserção da Chapada de Minas no mapa do Brasil como região produtora reconhecida: "Essa conquista é resultado de um trabalho árduo, construído com dedicação e perseverança ao longo dos anos. Destacamos, de forma especial, o papel fundamental do Sebrae como grande parceiro dos produtores da região, oferecendo suporte técnico, orientação e confiança em nosso potencial. A atuação em conjunta com o ICCM foi decisiva para alcançarmos esse marco histórico. A Chapada de Minas é formada por pequenos grandes produtores, que se dedicam diariamente e são merecedores da valorização de seu produto e de sua história".

A Região da Chapada de Minas é formada pelos municípios de Água Boa, Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Caraí, Carbonita, Catuji, Diamantina, Felício dos Santos, Franciscópolis, Itaipé, Itamarandiba, José Gonçalves, Ladainha, Leme do Prado, Malacacheta, Minas Novas, Novo Cruzeiro, Senador Modestino Gonçalves, Setubinha, Turmalina e Veredinha. O território conta com cerca de 5,8 mil produtores em uma área de 30 mil hectares cultivados, com produção anual estimada em 400 mil sacas.

A região envolve uma população de 362 mil habitantes e movimenta aproximadamente 20 mil empregos somente no café, entre diretos e indiretos, consolidando-se como importante polo produtivo e socioeconômico de Minas Gerais.

Os cafés da Chapada de Minas se destacam pelo sabor doce e marcante, com notas de chocolate e caramelo harmonizadas por delicadas nuances de frutas vermelhas. No aroma, apresentam intensidade e elegância, com perfil amanteigado e presença frutada que se sobressai na xícara. De corpo intenso e aveludado, oferecem uma experiência sensorial envolvente, sustentada por acidez málica de média a alta, que confere vivacidade ao conjunto. A finalização é equilibrada e prolongada, deixando um retrogosto agradável e persistente.

O registro da Região da Chapada de Minas havia sido protocolado no **INPI** em setembro do ano passado. O Sebrae Minas trabalha em parceria com o Instituto do Café da Chapada de Minas (ICCM) desde a sua criação, em 2018. A parceria teve como foco o desenvolvimento técnico e gerencial dos produtores, por meio de treinamentos, capacitações, visitas técnicas a feiras e eventos do setor, além de Dias de Campo - imersões em propriedades de refe-

rência que servem como modelo de boas práticas.

Em 2019, foi lançada a marca território "Chapada de Minas", que assegurou a procedência e a qualidade do café produzido no território. A marca não apenas garante ao consumidor a autenticidade da origem, mas também fortaleceu a governança local e agrega valor ao produto, ampliando sua competitividade no mercado.

Outro avanço importante foi a participação dos produtores no Programa Educampo, plataforma tecnológica de consultoria do Sebrae, em parceria com cooperativas e instituições do setor. A ferramenta oferece informações gerenciais e indicadores de desempenho que auxiliam na tomada de decisão, melhoram a gestão das propriedades e impulsionam produtividade e rentabilidade.

-

(31) 3379-9276 / 9278 / 9139

(31) 9.9887-2010 (WhatsApp)

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	6,7,8,9
Patentes	6,7
Propriedade Industrial	3,4,6,7,8,9
Propriedade Intelectual	1,2,5,6,7